

HRT não controla medicamentos

TRIBUNA DO BRASIL

Marcelo Vieira

Um visita surpresa dos deputados integrantes da CPI da Saúde, ontem, ao Hospital Regional de Taguatinga, constatou que o hospital não tem qualquer controle de empréstimo de medicamentos para hospitais da rede privada, o que, segundo avalia a relatora da comissão, deputada Arlete Sampaio (PT), "deve estar causando sérios prejuízos aos cofres do GDF". Os valores, no entanto, ainda não foram mensurados, mas a relatora promete novas visitas ao estilo de ontem, em outros hospitais da rede pública do Distrito Federal.

Os membros da CPI foram ao HRT para apurar denúncias de que o estabelecimento estaria fazendo empréstimo de medicamentos e insumos a hospitais particulares, inclusive para o Santa Juliana, em Samambaia. O hospital de Samambaia foi criado em 2 de janeiro 2003 por Marta Maria Madeiro Leite e Wilo Dias Magalhães, os quais seriam, segundo depoimento do promotor Jairo Bisol, colhido no



**ESTAMOS NA FASE
INICIAL DOS
TRABALHOS
COLHENDO
INFORMAÇÕES
ESTRATÉGICAS.**

DEP. ARLETE SAMPAIO
RELATORA DA CPI



início dos trabalhos da CPI em março, "laranjas" do ex-secretário de Saúde Bernardino e de Alberto Jorge Madeiro, lotado em seu gabinete, dadas as relações de intimidade existente entre ambas as famílias.

O diretor do Hospital Regional de Taguatinga, Osmar William Vieira, reconheceu, diante dos deputados, que há dificuldades no controle dos empréstimos de medicamentos pelo hospital em função, principalmente, da ausência de informações em diversas áreas do hospital. A

relatora da CPI promete mais visitas a outros hospitais da rede pública do Distrito Federal, para checar mais denúncias que vem sendo recebidas e selecionadas pela CPI. "Não podemos adiantar que denúncias são estas e muitos menos os hospitais que iremos visitar, mas percebemos que há muito, ainda, a ser investigado", disse a deputada.

O principal personagem das investigações, o ex-secretário Arnaldo Bernadino, deverá depor somente no final dos trabalhos da CPI. De acordo com o regimento interno da Câmara Legislativa, as comissões parlamentares de inquérito têm um prazo de 180 dias para apurar e emitir relatório final, podendo, caso seja necessário, prorrogar o prazo para mais 90 dias. "Estamos ainda na fase inicial dos trabalhos, mas estamos acumulando aquelas informações que considerações estratégicas para que possamos conduzir, com segurança, as investigações e colher o melhor depoimento possível do ex-secretário Arnaldo Bernadino", disse a relatora.